

VOZES QUE (RE)EXISTEM: MULHERES AFRO-BRASILEIRAS E INDÍGENAS ENTRE A DECOLONIALIDADE E A INTERCULTURALIDADE NA (RE)INVENÇÃO DA EDUCAÇÃO

Francisco Roberto Diniz Araújo¹

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

E-mail: francisco.arajo8@unioeste.br

Orientadora: Silvia Zamberlan Costa Beber²

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

E-mail: silvia.beber@unioeste.br

Introdução

A constituição histórica da educação brasileira está profundamente atravessada por matrizes eurocêntricas que hierarquizam saberes e legitimam determinadas formas de conhecimento em detrimento de outras, produzindo invisibilizações sistemáticas de epistemologias afro-brasileiras e indígenas. Essa dinâmica pode ser compreendida à luz do conceito de colonialidade do poder, formulado por Quijano (2010), que evidencia a permanência de estruturas coloniais nas dimensões do saber, do ser e das relações sociais. No campo educacional, tais estruturas se manifestam na organização curricular, nas práticas pedagógicas e nos processos de formação docente, ainda marcados por uma racionalidade monocultural. A emergência das perspectivas decoloniais, articulada à interculturalidade crítica, tensiona esse modelo ao propor uma reconfiguração das bases epistemológicas da educação. Conforme argumenta Walsh (2013), não se trata apenas de reconhecer a diversidade cultural, mas de problematizar as relações de poder que sustentam desigualdades históricas. Nessa direção, Candau (2012) ressalta que a interculturalidade crítica exige práticas pedagógicas que promovam o diálogo entre saberes, sem desconsiderar os conflitos e assimetrias que os atravessam.

Embora o ordenamento jurídico brasileiro, por meio das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, represente um avanço no reconhecimento da diversidade étnico-racial, sua efetivação ainda é limitada, sobretudo pela fragilidade na formação docente e pela permanência de abordagens superficiais ou folclorizadas dos conteúdos. Nesse contexto, as produções de mulheres afro-brasileiras e indígenas assumem centralidade, ao evidenciarem experiências e narrativas que articulam memória, ancestralidade, território e identidade como dimensões constitutivas do conhecimento.

¹ Doutor em Ciências da Educação (UDS/UCSAL). Graduado em pedagogia (UVA). Professor da Educação Básica do Ensino Fundamental. Professor Formador - Bolsista CAPES/CNPq. Pós-doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Educação Matemática/PPGECM.
E-mail: francisco.arajo8@unioeste.br

² Doutora em Educação em Ciências (UFRGS). Professora do Centro de Engenharias e Ciências Exatas/Unioeste. Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Educação Matemática/PPGECM e do Programa de Pós-graduação em Química/PPGQUI. Coordenadora do Núcleo de Ensino em Ciências de Toledo/NECTO Unioeste *campus* de Toledo. Coordenadora local do Núcleo de formação Docente e Prática de Ensino/NUFOPE. E-mail: silvia.beber@unioeste.br

A noção de “escrevivência”, proposta por Evaristo (2005), explicita essa articulação ao afirmar a inseparabilidade entre vida e escrita, deslocando o lugar de produção do saber para experiências historicamente marginalizadas. De modo semelhante, intelectuais indígenas reafirmam a centralidade da coletividade, da oralidade e da relação com o território, desafiando a lógica individualista e fragmentada do pensamento ocidental. Diante desse cenário, este estudo problematiza de que maneira as epistemologias produzidas por mulheres afro-brasileiras e indígenas contribuem para a construção de práticas educativas decoloniais e inter-multiculturais. Assim, tem como objetivo analisar como essas produções tensionam o paradigma hegemônico da educação, apontando possibilidades para a construção de uma pedagogia comprometida com a justiça social, a equidade e o reconhecimento da diversidade.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em referenciais teóricos da decolonialidade, da interculturalidade crítica e da educação das relações étnico-raciais. A escolha por esse delineamento metodológico justifica-se pela necessidade de compreender, em profundidade, os sentidos e as implicações das epistemologias produzidas por mulheres afro-brasileiras e indígenas no campo educacional. O percurso metodológico envolveu o levantamento sistemático de produções acadêmicas em bases de dados reconhecidas, seguido da seleção de obras consideradas referenciais para a temática. Entre os autores mobilizados, destacam-se Quijano (2010), Mignolo (2005), Walsh (2013), Candau (2012) e Freire (1987), cujas contribuições permitem sustentar a análise crítica proposta. Paralelamente, foram incorporadas produções de intelectuais afro-brasileiros e indígenas, compreendidas como fundamentais para o deslocamento epistemológico pretendido.

A análise dos dados ocorreu por meio de leitura analítica e interpretativa, orientada por categorias como colonialidade, resistência, identidade, gênero e interculturalidade. Tal procedimento buscou estabelecer articulações entre os referenciais teóricos e o contexto da educação básica brasileira, possibilitando a construção de uma reflexão situada.

No que se refere aos aspectos éticos, a pesquisa respeita os princípios da integridade científica, assegurando a adequada citação das fontes e o reconhecimento das autorias, além de assumir o compromisso com uma produção de conhecimento socialmente responsável e epistemologicamente plural.

Resultados e Discussões

A análise realizada evidencia que as epistemologias produzidas por mulheres afro-brasileiras e indígenas operam como dispositivos de ruptura com a colonialidade do saber, ao deslocarem o centro da produção do conhecimento para experiências historicamente subalternizadas. Esse movimento não apenas amplia o repertório epistemológico da educação, mas também questiona as bases que sustentam a ideia de universalidade do conhecimento científico, revelando seu caráter situado e atravessado por relações de poder. Nesse contexto, Mignolo (2005) argumenta que o conhecimento ocidental moderno se construiu a partir da exclusão de outras racionalidades, o que reforça a necessidade de pensar alternativas epistemológicas. As produções analisadas indicam que tais alternativas já estão em curso, especialmente quando se consideram práticas narrativas que articulam memória, corpo e território como dimensões indissociáveis do saber.

A “escrevivência”, conforme elaborada por Evaristo (2005), constitui exemplo significativo desse processo, ao afirmar que a experiência vivida não apenas informa, mas constitui o próprio

conhecimento. De forma convergente, epistemologias indígenas reafirmam a centralidade da coletividade e da relação com a natureza, desafiando a fragmentação característica do pensamento ocidental e propondo uma compreensão integrada da realidade.

No campo educacional, essas perspectivas contribuem para a construção de práticas pedagógicas que valorizam a diversidade e promovem o diálogo entre saberes. Contudo, a interculturalidade crítica, conforme destaca Walsh (2013), implica reconhecer que esse diálogo ocorre em contextos marcados por desigualdades, exigindo uma postura ativa na problematização dessas assimetrias.

A articulação com a pedagogia freireana reforça essa compreensão, uma vez que Freire (1987) defende a educação como prática de liberdade, baseada no diálogo e na conscientização crítica. Ao incorporar a perspectiva decolonial, essa proposta ganha novos contornos, ao incluir a valorização de epistemologias historicamente marginalizadas como condição para a transformação social. Entretanto, a análise também revela limites importantes, como a persistência de práticas pedagógicas tradicionais, a insuficiência na formação de professores para o trabalho com a diversidade e a fragilidade das políticas públicas voltadas à implementação da educação das relações étnico-raciais. Além disso, a interseccionalidade entre gênero, raça e território evidencia a complexidade das experiências dessas mulheres, apontando para a necessidade de abordagens que considerem essas múltiplas dimensões.

Dessa forma, os resultados indicam que a incorporação de perspectivas decoloniais e interculturais na educação não se configura como um processo simples ou linear, mas como um campo de disputas que exige compromisso político, formação crítica e abertura epistemológica.

Conclusões

As epistemologias produzidas por mulheres afro-brasileiras e indígenas tensionam o paradigma hegemônico da educação ao evidenciarem a pluralidade de formas de produção do conhecimento e ao questionarem a centralidade do saber eurocêntrico. A decolonialidade e a interculturalidade crítica configuram-se como práticas que reorientam o campo educacional, ao promoverem o reconhecimento de sujeitos historicamente marginalizados e de suas experiências como fontes legítimas de saber. A incorporação dessas perspectivas no contexto escolar contribui para o fortalecimento identitário e para a ampliação das possibilidades formativas, embora sua efetivação ainda dependa de investimentos consistentes na formação docente e no fortalecimento de políticas públicas. Assim, a construção de uma educação comprometida com a justiça social exige o reconhecimento da pluralidade epistemológica como princípio estruturante, consolidando a educação decolonial como prática de resistência e transformação.

Palavras-chave

Decolonialidade; Interculturalidade crítica; Educação étnico-racial; Saberes ancestrais; Epistemologias plurais.

Referências Bibliográficas

- CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural: entre práticas e desafios**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. Scripta, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



XVI FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

A PESQUISA NA GRADUAÇÃO: SABERES E PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DOCENTE

27 a 30 de maio 2026 - Sertão Central - Quixadá - CE.

MIGNOLO, Walter. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2010.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial. CANDAU, Vera Maria (org.). **Didática crítica intercultural**. Petrópolis: Vozes, 2013.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Associação Nacional de Instituições de Pedagogia em Graduação